



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*CONSELHO DE MINISTROSREUNIÃO DE 20 DE DEZEMBRO DE 1974

Presente todo o Governo Provisório.

ORDEM DO DIA

Fundação Cuidar o Futuro

Apreciação do projecto do programa de política económica e social do Governo Provisório.

O Ministro Melo Antunes informou o Governo de que a equipa constituída para elaborar, segundo orientação dada em Conselho de Ministros, o projecto em apreciação, começara por ter a intenção de apresentar um documento curto, traçando as grandes orientações políticas subjacentes ao programa do MFA e apontando algumas grandes linhas em que o Governo Provisório assentaria relativamente a essa matéria.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 2 -

Acabou por sair um volume grande ao qual faltam ainda alguns capítulos. Na introdução, faz-se uma tentativa de interpretação política do programa do MFA nos seus parâmetros fundamentais quanto a estratégia anti-monopolista e caracter socializante.

Pretendeu-se que o projecto fosse reflexo tão fiel quanto possível da filosofia política e social contida no programa do MFA mas que não foi possível desenvolver na altura em que o programa saiu.

Em seguida, elaborou-se um capítulo sobre condicionamentos de política económica e social, para enquadrar o programa na conjuntura actual, interna e externa.

No 3º capítulo, procurou-se definir qual a natureza e objectivos do plano e apontou-se para os objectivos considerados prioritários para o desenvolvimento de um plano com a duração de três anos .

Foram considerados quatro objectivos: emprego, inflação, equilíbrio da balança de pagamentos e redistribuição de rendimentos.

Os objectivos são de ordem económica, mas com a ideia subjacente de que qualquer plano de desenvolvimento deve servir objectivos de natureza social e não o contrário.

./.



Nesta medida, o programa representa um passo em frente em relação a uma concepção mezamente desenvolvimentista da Sociedade.

O capítulo seguinte é o das políticas globais, com desenvolvimento da estratégia anti-monopolista, contrariando o poder político dentro do realisticamente possível.

O capítulo 5º desenvolve as políticas sectoriais em que só estão incluídas as do âmbito da economia.

Faltam alguns capítulos que não se decidiu ainda se serão integrados neste volume ou em anexo.

Há um 6º capítulo sobre administração pública.

Mais um capítulo sobre política social propriamente dita.

Houve dificuldades por falta da experiência de pessoas suficientemente preparadas para integrarem coerentemente aspectos económicos e aspectos sociais.

Entendeu-se que a Educação, a Saúde, a Segurança Social, deverão ser integradas no programa mas com tratamento especial, para que fique bem clara a tendência de se dar prioridade aos objectivos sociais.

Esclareceu que não se trata de um plano com metas quantitativamente determinadas. Isso será feito quando o programa for

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro da Economia começou por se congratular com o facto de ver o Governo todo reunido. Referiu como foi agradável a toda a equipa colaborar neste trabalho a que a energia do Ministro Melo Antunes deu mais rapidês. Saliou que logo a seguir ao 28 de Setembro se manifestou a necessidade de clarificar a política seguida especialmente para o exterior. Pensa que da clareza da proposta pode sair reforçada a indispensável coesão do Governo e do povo português.

O Primeiro Ministro disse que o programa não deve ser encarado de modo rígido mas como base de trabalho e como tal é trazido à discussão. Os autores estão abertos a todas as críticas e à introdução das alterações julgadas convenientes pelos membros do Governo presentes.

Saliou que a crítica é um instrumento de trabalho muito importante que em Portugal não era utilizado devidamente.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente disse que as suas críticas na generalidade deixaram de ter razão de ser em face da explicação do Ministro Melo Antunes. Pensa que a criação de uma série de órgãos novos indicados no programa - institutos para controle de várias actividades - talvez



possa ser substituída pela maior dinamização e responsabilização das direcções-gerais.

O Ministro da Coordenação Interterritorial pediu desculpa à equipa de só ter lido o índice do trabalho. Agradeceu aos seus membros o esforço que fizeram com cumprimentos especiais ao Ministro Melo Antunes que se tem dedicado a toda a espécie de tarefas.

Não viu nenhuma referência à necessidade de converter uma economia colonial integrada numa economia descolonizada.

Os problemas já começaram a surgir relativamente à TAP e às Companhias de Navegação: em breve surgirão em outros sectores.

Entende, pois, que convém que se prevejam os reflexos da descolonização no futuro da economia portuguesa.

O Ministro Melo Antunes, quanto à intervenção do Ministro do Equipamento Social e do Ambiente relativamente ao melhor aproveitamento das direcções-gerais, propôs que à medida que se fossem desenvolvendo as críticas ao programa se fosse apreciando a sua pertinência.

Quanto à crítica do Ministro da Coordenação Interterritorial à necessidade de um capítulo especial para as consequências



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

-7-

da descolonização, disse que o problema da equipa foi a falta de dados concretos. Acha que é efectivamente necessário rever esse ponto, mesmo dentro do âmbito da cooperação.

Gostaria que alguns membros da equipa se pronunciassem e este respeito.

O Secretário de Estado do Planeamento Económico informou que o problema referido pelo Ministro da Coordenação Interterritorial está previsto muito de passagem, no capítulo dos condicionamentos. Já se aguardam alguns efeitos de tipo global que a descolonização vai ter na economia portuguesa. Pensa que é possível melhorar bastante esse diagnóstico. A Direcção de Serviços de Integração Económica Nacional que existia no seu departamento tentou quantificar alguns aspectos das consequências da desintegração no espaço económico nacional. Estão criados grupos de trabalho, nomeadamente de Moçambique, há uma longa lista de problemas que vão ser abordados. Mas seria arriscado fazer afirmações públicas em relação a alguns desses problemas antes de saber as intenções dos nossos interlocutores.

./.



A Ministra dos Assuntos Sociais expôs as razões que conduzi-
ram a equipa à metodologia adoptada no trabalho quanto às
relações entre o aspecto económico e o aspecto social, des-
de a ideia de um plano económico, à ideia de subordinação
do económico ao social. Referiu a aspiração que a equipa te-
ve de não se percorrerem todas as etapas percorridas pelos
países altamente industrializados e se introduzirem já as me-
tas sociais globais, o que a falta de órgãos preparados im-
pediu de realizar completamente. Daí a opção de se caminhar
para um domínio económico se bem que subordinado às metas so-
ciais. Admite que a leitura de todo o plano possa dar a noção
de que ele é muito económico. Mas a verdade é que se foram
destacando políticas sociais, integradas com uma óptica nova,
em capítulos a propósito dos quais surgem as referências às
actividades produtivas relacionadas.

O Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações enten-
de que os objectivos do plano são em grande parte antagoni-
cos , pelo que lhe parece indispensável que seja explici-
tado, ao nível do preâmbulo , o reconhecimento desse antago-
nismo e a demonstração da possibilidade e compatibilidade
dos objectivos.



O Secretário de Estado do Planeamento Económico concorda que o problema que acaba de ser referido não está tratado no documento de forma suficientemente explícita, o que não significa que ^{não} estivesse na mente das pessoas que constituíram a equipa, que em Agosto apresentaram uma apreciação do problema em que foram tidas em conta as incompatibilidades entre os vários objectivos. Aliás, a ordem por que os objectivos estão indicados não é casual e a consequência das prioridades estabelecidas transparece em todos os capítulos. Mais precisão do que aquela a que se chegou só é possível a nível quantificado que não se pode atingir. Mas acha bem que se escreva qualquer coisa no sentido indicado pelo Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, com o que o Ministro Melo Antunes concordou.

O Secretário de Estado da Comunicação Social entende que a eficácia deste documento depende em grande parte da forma como puder ser dado a conhecer e compreender ao grande público. Tomaria como prioridade uma grande campanha pela sua divulgação e explicação, com conferências de imprensa e outras para pessoas com vários níveis de formação, e recurso aos vários meios de informação. Para este efeito pede todas as ajudas possíveis.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 10 -

Cabete do Primeiro Ministro

O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica não conhece bem o plano. Salieta uma contradição importante, sobre a qual é preciso tomar clara posição, entre a necessidade de um país subdesenvolvido acumular capitais indispensáveis ao seu desenvolvimento, e a de promover a aumento do bem-estar da população. Com a preocupação louvável de melhorar as condições de vida, acrescenta-se o risco da inflação, que considera dos maiores perigos para um país como este. O programa carece, pois, de ser bem compreendido e de mobilizar em seu favor o povo que trabalha.

Fundação Cuidar o Futuro

Congratula-se por se dizer no preâmbulo que há necessidade de introduzir reformas profundas. Os males do aparelho da nossa administração pública, referidos a propósito da discussão do orçamento, são característicos de todos os países subdesenvolvidos. O problema está pois em saber quais os meios adequados ao início do processo de desenvolvimento. Em seu entender, esses meios só poderão encontrar-se através da via socialista. Quaisquer outros esquemas criarão situações cujas vítimas serão sempre as classes mais desfavorecidas. Concorda com a necessidade de tomar atitude clara quanto ao orçamento. Mas se se optar pela política do difícil há que ser coerente em toda a linha.

./.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Não basta dizer às classes trabalhadoras que não terão a educação, a habitação, o ensino, o salário, a segurança social, etc., a que têm direito e por que esperam, mas também dotar o Estado de meios para que o domínio do poder económico pelo poder político seja alcançado. Se se pretende a via socializante, que lhe parece a única que permite caminhar para a frente, é preciso que isso se faça. De outro modo corre-se o risco de caminhar para trás.

O Secretário de Estado do Trabalho considera o programa um bom instrumento de trabalho mas acha que terá de assentar em duas bases fundamentais. Assim, a austeridade tem de ser para todos, com tomada de medidas imediatas como as que foram tomadas quando o Governo Provisório chegou ao poder: salário mínimo, contenção de preços, etc. Por outro lado, com o pedido de sacrifícios às classes trabalhadoras e a grande parte da população, tem de se dar, em contrapartida, a essas pessoas, o sentimento de que o poder político vai desenvolver a política económica que é do interesse da grande maioria do povo português, mobilizando a poupança para o investimento produtivo. Não partilha o optimismo de que a iniciativa privada superará as necessidades que existem neste momento, porque a verdade é que o investimento tem estado praticamente parado. Há o investimento público, pode haver o das pe-

*Gabinete do Primeiro Ministro*

quenas e médias empresas. A área social tem de ser aumentada, o que só será possível se o Estado dominar e controlar as alavancas económicas, nomeadamente no campo do capital financeiro, tomando quanto à banca medidas suficientes .

O Ministro Melo Antunes considerou importantes as duas intervenções anteriores. Reconhece que só um programa austero e severo será capaz de cumprir as solicitações imediatas da população, criando condições para o desejável desenvolvimento. Mas também acha natural o desejo de satisfazer necessidades fundamentais no plano social que o povo português há tanto tempo sente. Saliênta, porém, que se deu prioridade absoluta à satisfação de necessidades colectivas em detrimento de consumos individuais, embora saiba que, por falta de capacidade^d poupança do sector público, esse objectivo estará, à partida, prejudicado por falta de mobilização dos necessários meios financeiros.

Tem bem presente a necessidade do poder económico dominado pelo poder político, mas também das dificuldades de o conseguir nas condições concretas actuais. O problema estava pois em saber até onde podia ir o controle de poder político sobre o poder económico. Assim, a nacionalização da banca



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS .

- 13 -

Cabine do Primeiro Ministro

privada teria como consequência bloqueios económicos ocidentais e é duvidoso se, em termos económicos e mesmo humanos, seríamos capazes de construir uma sociedade socialista, e até sobreviver, ficando completamente isolados do mundo. Esta é uma grande questão a resolver. Gostaria, por isso, que alguns dos elementos que participaram no núcleo central do trabalho sobre ela se pronunciassem.

O Secretário de Estado do Planeamento Económico disse estar em mais de 90% de acordo com a intervenção do Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, em termos de princípio. O problema é discutir no concreto o que há agora que fazer. Discutiu-se muito no grupo de trabalho e o argumento acabou por ser o da viabilidade,

Era fundamental conjugar reformas estruturais de cariz socializante que marcassem uma orientação clara sobre a política do Governo e pudessem suscitar da maioria da população a mobilização e o apoio necessários para os sacrifícios que se lhe tem de pedir para reconstruir o País e fazer o seu desenvolvimento .

Não se pode esquecer determinados riscos:

./.



o nível da consciência política da maioria da população, as aspirações formadas no seio da sociedade anterior que deseja ver satisfeitas minimamente e não compreende que lhe seja pedido conter. Estes aspectos estão em contradição com a necessidade de reformar as estruturas. A partir de certo momento seria necessário abandonar a ideia de manter vivas determinadas regras da chamada democracia formal, mediante diligências no campo económico e no campo político.

Outro problema é o de saber até onde se podem desorganizar as estruturas da sociedade anterior, pois a partir de certo momento geram-se mecanismos de destruição que desorganizam o funcionamento do sistema económico e social. Em alguns sectores chegou-se já a aspectos próximos dessa desorganização, que provocam quebras no nível de vida. Caminhar decisivamente nesta via pode conduzir a consequências indesejáveis. A este respeito a experiência do Chile é esclarecedora.

Haveria que contar não só com a reacção da população mas também dos grupos que nas classes dirigentes do País do mesmo modo o não aceitam.

Um terceiro tipo de risco é o risco internacional do bloqueio que o Ministro Melo Antunes já desenvolveu.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 15 -

Entende por isso que o problema se põe em termos de grau e vê neste programa, apesar de tudo, a intenção de dar passos no sentido antes apontado. Não se procurou meramente gerir uma crise, mas introduzir medidas que atacam as estruturas, lançar bases de uma transformação, marcar uma direcção.

Há que procurar apoio das classes trabalhadoras, fazer uma aposta no seu bom senso e confiança e na intelgência da burguesia nacional. Não existem ainda os meios para uma socialização muito acentuada na nossa economia. Há que contar com as pequenas e médias empresas a que se tem de dar o mínimo de garantia e tentar restabelecer a confiança nesse sector. Não se pode agudizar muito a luta de classes e a mobilização popular em Portugal.

Isto supõe como condição política fundamental da execução do programa do Governo neste momento que ela tem de ser feita dentro de uma grande coesão por parte das forças que constituem o Governo de uma grande firmeza. E aí surge mais uma limitação àquilo que se pode fazer.

Muito terá de mudar em muitos sectores da actuação do Governo para que este programa seja possível.

Em relação aos vários problemas concretos será uma questão de grande tomada uma posição política.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Subsult. do Primeiro Ministro

- 16 -

O Secretário de Estado da Justiça reconhece o esforço feito, o valor deste projecto. Nele se aceita que a maior parte da actividade económica continuará a ser assegurada pelo sector privado. É um programa de conciliação. O problema que põe é o de que o capitalismo e a iniciativa privada têm as suas próprias leis. Para que possam funcionar no campo, que lhes é reconhecido, é preciso explicitar quais os limites da intervenção pública. Parece-lhe necessário que o plano assegure toda a colaboração da iniciativa privada, visto que se reconhece que ela vai ainda durar algum tempo. Até porque o sector público que herdamos não existe e terá de ser estruturado à medida que o programa se for pondo em execução. Ora a iniciativa privada não avançará se sentir que tudo está em causa em todos os momentos.

Outro aspecto é que valeria a pena fazer um esforço de seriação das medidas por ordem de prioridade, o que não lhe parece que esteja feito, pelo menos da melhor forma.

O Secretário de Estado das Pescas coincide, na sua análise, com o Secretário de Estado do Ensino Superior e da Investigação Científica. Quando se fala da interpretação do pro-

*Cabine de Primeiro Ministro*

grama do MFA, isso significa que as condições internas e externas terão variado e que haverá que explorar as potencialidades que existem no programa inicial. Não está em condições de analisar em detalhe todos os pontos. Mas há um aspecto que lhe parece significativo. Se por um lado houve inicialmente adesão generalizada, verificaram-se depois reacções resultantes da forma como certos sectores viram as suas perspectivas satisfeitas. Esta situação tem-se agravado e do ponto de vista financeiro e económico requer medidas mais enérgicas. Em face disso, crê que as medidas requerem uma forma socializante nalguns casos bastante avançada. Parece-lhe que o programa não é suficientemente claro para mobilizar os sectores da população de cujo apoio e sacrifícios o Governo precisa.

Por outro lado, não sabe se valerá a pena formular um programa muito claro. Daria um contrato social, mas as regras do jogo são muito dinâmicas e assim, cristalizar o programa traria mais desvantagens do que vantagens.

A formulação na introdução parece-lhe razoável. Acha que se deverão deixar as portas abertas para se poder ir tão longe quanto a situação permitir.

O Ministro da Economia disse ter estado sempre presente no



Subsídio do Primeiro Ministro

espírito dos autores deste programa a ideia de que estavam a elaborar um programa político, isto é, para uma dada realidade que é a nossa, com o respeito das princípios constitucionais aos quais todos aderiram ao aceitarem entrar neste Governo e a vontade de abrir um caminho seguro para os objectivos desejados, que são de mudança.

Houve, porém, que ter em conta a dependência externa da nossa economia, a situação dos emigrantes.

O caminho político aberto em 25 de Abril é um caminho difícil. Foi uma revolução balizada por um determinado quadro democrático, hoje em regime pluripartidário e à espera de eleições. Existe uma realidade social e económica que não se pode ignorar. O capitalismo português vivia de proteccionismos e de um esquema repressivo que desapareceu. O quadro das condicionantes políticas gerais e da realidade apontam para um programa do possível, como são os programas políticos que apostam nas mudanças mas evitam as roturas imediatas.

O Ministro Melo Antunes, de acordo com o Secretário de Estado das Pescas, acha que o programa não deve ser encarado como um programa rígido, que deve ficar salvaguardada a



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 19 -

Gabinete do Primeiro Ministro

abertura para uma via mais acelerada. Não ficou, aliás, mais claro, precisamente por razões operacionais. Julga que ao deixar-se expresso que a sociedade portuguesa está em transformação numa via socializante, se assumiu a suficiente clareza. Por outro lado, julga que se prevê que o Estado dê um mínimo de garantias de que existe uma faixa de actuação para o sector privado na qual ele se poderá mover segundo determinadas regras e que se conta com ele para agir dentro dessa faixa.

De resto, se não se tomasse esta opção e o consequente clima de confiança, não se estaria a criar condições para o relançamento da economia.

O Ministro das Finanças entende que a reformulação do papel do sector público e do sector privado é aspecto a debater na especialidade.

Sobre o problema da nacionalização dos bancos comerciais, refere que é neles que tem estado o núcleo do poder económico, de acção desproporcionada.

Não se previu um controle mais directo do Estado nos bancos, embora se tenha deixado expresso que esse controle tem de ser apertado por vários meios. Apesar de tudo há grande diferença entre esses meios de intervenção indirecta e uma



tomada de posição maioritária. Mas parece que a nacionalização dos bancos comerciais teria reflexos económicos e políticos muito importantes nos planos interno e externo e que não se estava em condições de saber até que ponto o País os poderia suportar.

A razão dominante para esta dúvida situou-se no receio de que seria a reacção externa a uma medida destas. Supõe que o que determinados países temem é que pretendamos mudar de órbita.

A alternativa de procurar mercados em África, Ásia, América Latina ou nos países árabes não lhe parece de encarar. Quanto aos países do Leste, não sabe se estarão dispostos a repetir a experiência de Cuba.

O Secretário de Estado da Trabalho, quanto ao Chile, entende que há que ter presente que aí o Governo nunca teve o poder político. Quanto ao facto de existir uma revolução, já houve a desorganização, há agora que tomar opções profundas.

Acha que com a área social definida no programa não se vai contar com a adesão da população mas com a ajudização da luta de classes e dificuldades em não violar as regras da democracia, pela necessidade de recorrer à repressão.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Subsídio do Primeiro Ministro

- 21 -

Quanto ao investimento, a banca é quem efectivamente o domina. A pequena e média poupança investiam na construção civil e na especulação. Isso pode ser canalizado mesmo com a nacionalização da banca, desde que haja uma área social bem definida.

Quanto à nacionalização da banca, o bloqueio não é total. Nem o foi em Cuba. Não vê que neste momento o bloqueio fosse possível em Portugal. Também não vê que a nacionalização da banca leve necessariamente a medidas mais profundas.

Acha que neste momento é indispensável uma mais forte nacionalização da banca e que sem ela não pode ser cumprido o programa do MFA.

O Secretário de Estado do Planeamento Económico referiu outros objectivos além do controle do poder económico.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, que também não teve tempo de estudar o programa, prestou homenagem aos seus autores pela rapidês com que conduziram trabalho tão complexo. Nas linhas gerais concorda com o programa e pensa que se foi tão longe quanto possível neste momento.

./.

*Subsídio do Primeiro Ministro*

O problema está precisamente em saber até onde é possível ir neste momento. Há desorganização, demagogia, alguma sabotagem, receio por parte de certos sectores económicos, acerca de regras que, por isso, é preciso definir claramente.

Parece-lhe que esta ideia ficou bem expressa no programa. Mas porque concorda com o que disse o Secretário de Estado das Pescas, acha que na introdução talvez se diga mais do que se deve dizer. Assim, a referência ao papel de vanguarda do MFA e às forças patrióticas pode prestar-se a interpretação contrárias aos objectivos com que este programa foi realizado, de dar tranquilidade e esclarecer o campo que se atribui ao sector privado e ao sector público.

Acha que o Ministro das Finanças pôs bem o problema da nacionalização ao prever as suas consequências.

Pensa que o Secretário de Estado do Trabalho não tomou em conta a correlação das forças em presença. Que se se fosse mais além, a correlação de forças que agora existe na sociedade portuguesa seria profundamente alterada, pois se criariam divisões no próprio MFA, e talvez na coligação governamental, o que implicaria uma radicalização do processo, que levaria, no plano internacional, ao bloqueio que já foi referido.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 23 -

Gabinete do Primeiro Ministro

Sacrificar-se-ia a democracia formal e as próprias eleições, o que afectaria o compromisso de honra que foi tomado. Por outro lado, fazer eleições nessa situação conduziria a um triunfo da direita.

Pensa que há que acentuar dentro da sociedade portuguesa uma linha favorável a que o sector do capital, que vivia em situação parasitária, seja isolado de todas as forças vivas onde há muito largos sectores da iniciativa privada.

A opção está entre consolidar a democracia e um caminho que pode levar o País à anarquia.

Fundação Cuidar o Futuro

Cuba sobreviveu ao bloqueio e à revolução das estruturas. Mas crê que isso não é possível em Portugal e não sabe se seria desejável para o povo português. Pelo menos implicaria para ele muito mais sacrifícios do que a linha moderada proposta no programa. Reconhecido que se foi tão longe quanto possível neste momento, é preciso definir as regras de jogo, obter a compreensão e a aceitação do País, e o compromisso dos partidos de coligação^e do MFA no sentido do cumprimento do programa. Crê que nestas condições o programa não levantará grandes obstáculos no plano internacional, podendo beneficiar da diversificação de todos os apoios nos vários sentidos.

./.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 24 -

Gabinete do Primeiro Ministro

Por último, reafirmou a ideia de que o programa deve ser ex purgado de certos pormenores que podem ser especulados.

O Secretário de Estado da Administração Escolar também só leu o índice. A propósito de um ponto de vista afluído e que lhe parece muito importante - o de que houve um golpe militar que a população portuguesa encarou como revolução - salientou que a revolução foi fácil de mais para a população, o que foi positivo, mas em certa medida narcotizou o povo e criou nele a ideia de que é fácil ir para a democracia e de que até já somos um País democrático. Há um grande oportunismo em muitas pessoas. Não vê nos meios a que está ligado a mística de cada um pretender aquilo que é melhor para o País em vez daquilo que é melhor para si. Ora a atitude do povo é elemento importante para o sucesso do programa. A mentalidade de gran de parte da população não está preparada para o momento que o País está a viver. O programa deve por isso ser acompanha do de uma acção de dinamização política coordenada ao nível de todos os sectores ligados ao poder político, com objecti vos bem definidos.

Mais importante do que ir mais longe, é definir o que se quer e que o País saiba que há certeza, clareza e firmeza.

./.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro do Trabalho também considera necessário definir claramente o campo deixado ao sector privado e aquele em que o Estado deve intervir. Reconhece que o Estado não tem condições técnicas nem políticas que lhe permitam substituir-se inteiramente ao sector privado. Mas acha que o comando geral da política económica deve ser definido pelo Estado.

As dificuldades existem e continuam a agravar-se.

Quanto à poupança, crê que, se não forem tomadas medidas concretas e objectivas designadamente quanto à concessão e orientação dos créditos, continuará a não se verificar. Isto não colide com o investimento do sector privado, praticamente paralizado pela falta de confiança resultante de se estar a viver um processo revolucionário com características e consequências próprias. A nacionalização dos bancos e suas consequências podem ser imprevisíveis. Não vê que seja necessário desde que haja um controle efectivo, quanto à concessão e orientação do crédito, quanto a importações e exportações e preços dos produtos importados e exportados, onde se verifica grande fuga de capitais do nosso País, com escoamento de divisas altamente inconveniente.

Há que atender ao problema social e se há crise com origens políticas e económicas, existem condições em Portugal das

*Gabinete do Primeiro Ministro*

quais se poderá tirar largos benefícios: reservas de mão-de-obra, estruturas básicas industriais pouco pesadas, quase inexistentes, estruturas económicas que podem ser rapidamente adoptadas mercê do processo revolucionário.

Se o déficit resultar do investimento, não o preocupa. Poderá fazer-se uma exploração intensiva das matérias primas e acumulação das mesmas, investir no sector energético, o que permitirá, quando os mercados internos abrirem mais um pouco, relançar rapidamente a economia, apoiando assim uma indústria nova. Paralelamente, quando essas indústrias estiverem prontas, teriam matérias primas a preços favoráveis devido ao mecanismo da inflação.

Só através de investimentos largos de base que possam absorver o excedente de mão-de-obra se poderá suportar o número elevado de desempregados, o que é difícil, e sob este aspecto, situações graves se avizinham.

Para as evitar, gostaria, independentemente deste plano, de ver o plano de emergência apontado para soluções rápidas.

O Secretário de Estado do Tesouro, quanto às críticas que se tem feito a comportamentos anormais da iniciativa privada, salienta que é preciso ver que os investidores precisam de



SECRETO

- 27 -

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

estímulos de um mercado financeiro normalizado, de garantias para as expectativas de venda e de expansão.

O encerramento da bolsa, por exemplo, tem preocupado muita gente. Com a nacionalização de três bancos e o anúncio de que as nacionalizações continuam, cria-se uma expectativa.

A bolsa bem institucionalizada é um estímulo para muitos empreendimentos que dispunham de autorizações e têm neste momento grandes dificuldades de as executar.

O empréstimo público que o Estado vai lançar ^{vai} ter atractivos maiores se se anunciar que a bolsa abrirá em breve.

Ora sem a definição do programa em termos claros é impossível encarar a abertura da Bolsa.

O Estado pode tomar uma série de medidas anti-trusts, fiscalizar, punir.

No passado atropelavam-se todas as regras técnicas que existem em países capitalistas e socialistas.

Quando se fala em iniciativa privada, há que pensar nos empresários que tínhamos. Tal como os trabalhadores, também os empresários estavam mal habituados. Modificações ultimamente verificadas têm grande valia sob o ponto de vista técnico e de responsabilidade. Mas não se pode pretender que os empresários

./.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 28 -

Gabinete do Primeiro Ministro

tenham apenas em vista o interesse da colectividade.

Por outro lado, assiste-se hoje em dia a uma situação grave para o futuro - marginalizar os empresários e os quadros dirigentes e identificar apenas os trabalhadores com as forças patrióticas. Estão-se a usar conceitos que não têm nada a ver com o "management", seja em que país for.

Acha que todo o quadro futuro deve ser de encorajamento à iniciativa privada, mas com responsabilização, com penalizações severas para prevaricadores, assistência profissional séria, tudo enquadrado em objectivos nacionais.

Tem-se verificado um fecho assustador do poder financeiro internacional relativamente ao nosso País.

No entanto a nossa situação criou inicialmente uma simpatia geral.

Crê que se impõe estabelecer um critério nacional inserido num critério internacional, que permitirá obter o benefício dos capitais necessários para equilibrar a nossa balança de pagamentos e entrar nas correntes internacionais de comércio.

Acha que ^{vamos} devemos renegar ligações que tínhamos como incontesteis, como o Mercado Comum e a EFTA.

Temos de medir bem as nossas forças de momento para saber as ligações que temos ao nosso dispor.

./.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 29 -

O Ministro das Finanças, depois de uma série de questões postas relativamente à saída de capitais para o estrangeiro, informou que a saída de capitais sob a forma de notas, é a que dá mais nas vistas mas a mais importante é a que resulta da sobre-facturação e da sub-facturação.

A saída durante o mês de Março foi a mais importante, conforme se depreende da baixa da balança de pagamentos.

O Secretário de Estado da Indústria e Energia esclareceu que não tem inteira razão de ser a afirmação de que o investimento industrial está parado. Acha que a afirmação é suficientemente grave para dever ser quantificada. Disse que nenhum investimento industrial importante iniciado parou.

Sente-se, sim, paragem, na decisão de investimentos que envolvam quantias significativas. Crê que, para além das dificuldades financeiras internas e externas, isso radica no grau de incerteza em relação àquilo que acontecerá a seguir.

Acha que, sejam quais forem os controles, que as pessoas estão à espera que passem a ser mais apertados, o que elas pretendem saber é em que termos se vai processar a intervenção do Estado.

Assim, entende que o programa deve ser clarificado no sentido

*Salvador de Oliveira*

de definir quais os sectores em que o Estado intervirá de certa maneira, quais os sectores em que intervirá de outra, quais aqueles em que não intervirá.

Julga que a lista de actividades propostas para comando directo pelo Estado tem defesa irrecusável, pois não se propõe participação maioritária em sectores por serem deficitários, mas por serem estratégicos.

Esta distinção é útil e vale para o investimento interno e externo.

Na verdade, todos os contactos com investidores potenciais estrangeiros apontam sobretudo para a necessidade de clarificação das regras, mais ou menos duras, que aceitarão, desde que saibam o que vai acontecer.

A intervenção do Estado pode, pois, em sua opinião, ser tão extensa quanto se quiser, desde que as regras sejam claras.

O Secretário de Estado do Abastecimento e Preços informou o Conselho das medidas que já tomou relativamente a determinados produtos.

Mandou estudar o boicote à economia do Chile e os pontos fracos da economia portuguesa.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 31 -

Subsecretário de Primeiro Ministro

Concluiu que há que fazer importações maciças dos bens que nos são essenciais, investindo em stocks acima dos normais, pois pensa que quem queresia fazer boicotes deixará de os fazer se souber que o País está preparado.

O Ministro Álvaro Cunhal salientou que o programa não é apenas um material de trabalho, mas aponta direcções para os tempos mais próximos.

Podem não ser nítidas as prioridades, mas acha que isto é uma questão fácil de resolver.

É um compromisso de várias soluções, ideias, tendências, a busca de soluções que possam ser aceites pelos vários intervinientes neste processo, que é prematuro encarar à luz de um ou outro tipo de sociedade.

Visa responder aos problemas mais urgentes.

Através do seguimento à risca do que o programa prevê pode-se ser conduzido a sociedades de tipo muito diverso.

O debate, a íntima troca de impressões acerca de um futuro mais distante, pode aproximar mais as pessoas do que afastá-las.

O que interessa é ver se responde ou não aos problemas cruciais que temos à nossa frente.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

- 32 -

As próprias forças podem obrigar a acertar num ou outro sentido.

Entre os problemas importantes não é menor a da contradição entre a necessidade de desenvolvimento e os sacrifícios pedidos à classe trabalhadora.

O que há que ver é se esta política responde aos anseios das classes trabalhadoras, pois elas só estarão dispostas a alguns sacrifícios se acreditarem no futuro.

Outro problema é do âmbito reservado ao sector público e ao sector privado. O sector público é deficitário, porque o herdamos de um capitalismo monopolista de Estado, esquema em que o sector público suporta o que não convém ao sector privado, chamando a si as despesas.

Com uma boa mudança do poder político, há uma mudança na natureza das funções do Estado. Mas no aspecto económico ainda estamos no mesmo sistema.

Assim, o sector privado tem muito mais capacidade de intervenção do que o sector público.

A banca tem um papel fundamental no nosso País. De uma maneira geral, não foi a indústria que passou à banca, mas a banca que passou à indústria.

./.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 33 -

Gabinete do Primeiro Ministro

Quem manda na banca manda na economia portuguesa.

Põe-se aqui o problema da cooperação dos grupos financeiros com o novo regime democrático. Se alguns tivessem jogado na democracia, está convencido de que teriam ganho muito dinheiro. Ou a banca se adapta ao esquema e intervem, e tem o papel que lhe compete, ou não se adapta, não intervem, e então terá de haver uma intervenção de carácter político para evitar que a banca impeça o progresso do País. Assim, admite que a nacionalização seja limitada, mas o seu alargamento pode vir a por-se como uma necessidade. Por isso não se devem excluir as cartas hipotecárias, para que se possa assumir em cada momento a solução que em cada momento seja necessário assumir.

No que diz respeito à indústria há boas perspectivas. Há também sectores deficitários.

O Decreto-Lei nº 660174 é um exemplo claro de que como determinadas disposições podem servir interesses antagónicos. Por isso é preciso clarificá-lo.

Na agricultura as linhas parecem adequadas à solução dos problemas. O que interessa não é por o problema em termos de propriedade, mas em termos de exploração eficiente da terra. Mas a

*Gabinete do Primeiro Ministro*

verdade é que, ainda que se não queira, se tropeça em muitos aspectos com um sistema de propriedade. Crê que aí o programa permite avançar bastante.

Quanto ao investimento, também acha que o que interessa é de terminar os sectores em que é conveniente que o Estado invista.

Está de acordo com que se deve procurar uma política comum, pois qualquer rotura seria uma catástrofe. É pois preciso grande esforço de unidade, agora e para além das eleições, no desenvolvimento do processo democrático.

Fundação Cuidar o Futuro

O Subsecretário de Estado do Ambiente entende que há zonas do plano que têm de ser pormenorizadas nas medidas concretas de política económica. Assim, no sector da agricultura, para a época mais próxima, a produtividade agrícola tem de atingir a exploração agrícola, pelo menos na zona de sub-uso. É preciso maquinaria adaptada à agricultura de montanha. É preciso prever o aumento da capacidade de fertilidade onde existe sobre-uso, o que acontece na maior parte do País.

Por outro lado, se se quer aumentar imediatamente a fertilidade agrícola, acha que não se pode fazer um aumento permanente de salários agrícolas, que implicam indirectamente quebra de produtividade.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Magalhães Mota saudou o esforço da equipa autora do programa, especialmente o Ministro Melo Antunes, pela rapidez com que levou a cabo o seu trabalho. Para além disso, acha de salientar outros méritos do projecto.

Um deles é o seu realismo. Fácil e aliciante seria moldar um projecto nacional à medida dos desejos de cada um. Mas trata-se de um projecto colectivo que nasce da discussão de várias ideias e que não pode ser um projecto imposto. Realismo ainda na medida em que se teve muito em conta as realidades concretas do País. E ainda na medida em que se terá procurado um objectivo neste momento extremamente importante - elaborar um projecto suficientemente claro para poder gerar certo clima de confiança e que ao mesmo tempo fosse tão longe quanto possível. As soluções não serão óptimas. Na especialidade, cada um terá muitas alterações a propor. Mas nas linhas gerais parece oferecer as características necessárias para poder ser um projecto assumido por um grande leque de forças. E isso é essencial. Se não pudesse ser aceite pelas Forças Armadas e pelos partidos da coligação e não só, poderia ser muito mais aliciante para alguns, mas não teria essa característica que neste momento é indispensável.

Outro aspecto importante é saber que parte de uma análise correcta da situação portuguesa neste momento, subjacente e com



a vantagem de não estar explicitada.

Nestas linhas gerais, acha que está em condições de merecer a concordância de todos..

Focou seguidamente alguns pontos de pormenor que também acha importantes. Assim, quanto à opção entre o sector público e o sector privado, salientou que a situação de carência dos meios humanos e financeiros, sobejamente conhecida, em que o sector público se encontra, afasta a solução de se fazer recair nesse sector todas as empresas com dificuldades. A óptica que parece mais certa resulta do projecto em geral é a da utilização por variadas formas tanto do sector privado como do sector público.

Outro aspecto importante é o de uma opção por um tipo de desenvolvimento menos com base no capital intensivo, e com predomínio da utilização da mão-de-obra.

Neste momento da vida do País, conforme salientou o Ministro Álvaro Cunhal, o problema do desemprego é essencial e deve ter prioridade sobre qualquer outra opção.

Julg: também que seria extremamente importante que o projecto tivesse um aditamento em que, para além de uma coerência política perante a austeridade, desse às pessoas a noção de que a austeridade é para alguma coisa, que recai sobre todas as classes sociais, e que abre perspectivas a médio prazo.



De outra maneira ou é moralista e sem grande significado, ou correrá o risco de suscitar desilusões, perante confrontos que viagens, emigrações, meios de comunicação social porão diante dos olhos da população.

O regime anterior nunca encontrou resposta para as aspirações nem para as possibilidades do povo português por variadíssimas razões.

Também é preciso salientar em termos de projecto que a austeridade constitui o custo necessário para que nos aproximemos dos padrões a que o nosso povo tem direito.

Só assim se poderá corresponder a aspirações do povo surpreendido por uma revolução e que esperou que dela tudo surgisse.

Se o povo souber que a via difícil é para conseguir alguma coisa, terá uma perspectiva muito mais aliciante.

Última apreciação no contexto geral, é a de que, se se pretende que este texto inspire confiança, isso não está inteiramente conseguido. Como disse o Ministro dos Negócios Estrangeiros, por uma ou outra razão, algumas afirmações devem ser corrigidas. Mas isso será questão a ver na especialidade.

O Ministro Melo Antunes pensa que se poderá passar à discussão na especialidade.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 38 -

Gabinete do Primeiro Ministro

Deste debate extremamente útil parece-lhe resultar que o pro
jecto merece nas suas linhas gerais a aprovação da maioria
do Conselho e pode ser considerado instrumento de trabalho
para que o Conselho se debruce seguidamente na introdução
de correcções nas políticas globais e sectoriais, capítulo
por capítulo. Se assim for, propõe que se estabeleça desde
já o calendário para a prossecução do trabalho ao nível do
grupo que recebeu o mandato, primeiro, para a produção de um
documento mais simplificado, segundo, para começar a elaborar
o capítulo que constituirá o programa de emergência pròpria-
mente dito, simultaneamente com a discussão do orçamento.

O debate prosseguiria para se criarem melhores condições para
preparar o capítulo final.

Ficou estabelecido que a discussão do programa na especiali-
dade se realizaria no mesmo local, no dia 27, às 09H30.

O Primeiro Ministro manifestou o seu agrado pelo facto de o
Governo estar todo reunido. Referiu-se ao facto de terem trans-
parecido diversos modos de encarar estes problemas, de terem
aparecido ideias úteis, diferentes, que levam ao caminho da
unidade, da compreensão entre as várias forças políticas que se
integram no espírito do MFA e o próprio MFA. Não há dúvida
de que é fundamental que se mantenha a unidade das Forças Ar-
madas com o povo, representado pelos partidos da coligação e



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Subsídio do Primeiro Ministro

- 39 -

e outros que estejam de acordo com o seu programa.

As opções vão sendo cada vez mais difíceis. Cada vez a vida terá de ser mais dura se se quiser apenas gerir o sistema capitalista herdado até se ser submergido por ele.

Se se tiver em conta os condicionamentos da correlação de forças, verifica-se que não é isso que está no espírito dos membros do Governo, mais ou menos moderados.

A melhor garantia é o estreitamento cada vez maior da harmonia entre essas forças.

Por vezes tem havido muita brandura. Mas de um modo geral têm-se adoptado as atitudes que as condições têm aconselhado.

A conciliação da política do desenvolvimento com a política anti-inflacionista é logo uma contradição muito difícil de resolver.

É preciso continuar com calma e firmeza nos objectivos que o Governo se propoz atingir, combatendo o alémismo e o pessimismo, sem se ser optimista no sentido da irresponsabilidade. Desta discussão resultaram contribuições muito positivas para a continuação do trabalho deste programa.

Terá que se ver como chegar ao povo e explicar o que ^{de} benefício este programa traz, para que o povo sinta que há sinais

./.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 40 -

Gabinete do Primeiro Ministro

nítidos dos caminhos a seguir. Há que fazer o programa com a consciência de que será preciso ir adaptando esse programa às necessidades que forem surgindo, tendo sempre em vista o progresso social, o combate ao legalismo paralizante, o combate à burocracia, a dinamização, a ideia de caminhar com uma margem que permita avançar. Terminou desejando a todos um bom Natal, mais humano e menos mundano que antigamente.

Agradeceu a todos a boa colaboração prestada.

Fundação Cuidar o Futuro

DEPOIS DA ORDEM DO DIA

O Ministro Vitor Alves pôs ainda à apreciação do Conselho uma proposta do Ministro da Economia relativa ao "Touring-Club".

O Ministro Magalhães Lota manifestou a sua opinião negativa relativa a investimentos do Estado em empreendimentos turísticos. Acha que há empresas cujo caracter social é muito mais importante e que se deve, por isso, prioritariamente ajudar, deixando funcionar para as outras o mecanismo da falência.

./.

*Subsídio do Primeiro Ministro*

O Secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo referiu que o que se pretende com esta proposta ^{não} é que o Estado vá intervir em termos financeiros, mas arranjar uma situação transitória para ajudar pessoas que fizeram pequenos investimentos.

Por outro lado, como o Estado através da Caixa Geral de Depósitos e do Banco de Fomento já fez empréstimos à empresa, se se deixar actuar a falência isso terá consequências para o Estado e entretanto ter-se-ão criado problemas mais desfavoráveis do que a intervenção do Estado que se propõe.

O Ministro da Economia deu um esclarecimento complementar.

O grupo em causa tem instalações hoteleiras que devem representar mais de 1 000 camas (Ilha de Tavira).

O Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo esclareceu que a Ilha de Tavira deixou de ter qualquer espécie de valor.

Depois de um pequeno período de discussão, o Ministro do Trabalho manifestou a sua preocupação quanto à nomeação do Dr. Pancada Fonseca.

O Ministro da Economia, que não conhecia as pessoas, decidiu



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 42 -

Gabinete do Primeiro Ministro

retirar a proposta, não obstante ter sido ainda distinguido o problema de deixar ou não actuar a falência e as possíveis formas de agir quanto a este aspecto do problema, dos nomes a designar.

Fundação Cuidar o Futuro